

**DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DAS ESCOLAS CÍVICO-
MILITARES À IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO EM
UNIDADES ESCOLARES NO ESTADO DE MATO GROSSO
DO SUL**

***FROM THE INSTITUTION OF THE CIVIC-MILITARY SCHOOLS
PROGRAM TO IMPLEMENTATION AND OPERATION IN
SCHOOL UNITS IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL***



DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES À IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO EM UNIDADES ESCOLARES NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

FROM THE INSTITUTION OF THE CIVIC-MILITARY SCHOOLS PROGRAM TO IMPLEMENTATION AND OPERATION IN SCHOOL UNITS IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL

Camila Torres¹
camilatoorres@gmail.com

Carlos Hudmax Evangelista Ortiz²
hudmax.ortiz@gmail.com

Eliana Aparecida Prado Verneque Soares³
lianaverneque@uol.com.br

Ferdinanda Dias de Oliveira Kloppel⁴
ferdy.dias@gmail.com

RESUMO:

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a implantação do Programa das Escolas Cívico-Militares em unidades escolares no estado de Mato Grosso do Sul e o seu desenvolvimento nas escolas que

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Três Lagoas, sob orientação do professor Ricardo Bulhões. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGMEL/UFMS). Graduada em Letras - Licenciatura - Habilitação em Português/Inglês e Literaturas das respectivas línguas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Atua na Secretaria de Educação de Estado de Mato Grosso do Sul como educadora técnica nas etapas da Educação Profissional de Nível Técnico, Ensino de Qualificação e Educação Superior.

² Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Bacharel em Direito pela Universidade Cruzeiro do Sul, Pós Graduado "lato sensu" em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Pós Graduado em Gestão de Segurança Pública pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Pós Graduado em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Católica Dom Bosco, Pós Graduado em Direito Militar pela Universidade Cruzeiro do Sul, Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul.

³ Licenciatura Plena em Letras - Habilitação em Português/Inglês e suas respectivas literaturas e Bacharel, com ênfase em tradutor e intérprete, pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP. Especialização em “Tendências Contemporâneas no Ensino do Inglês” pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP. Especialização em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Mestre em Letras – Área de Concentração em Linguagem: língua e literatura pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Certificado de Six-week English Language Program – English Language Institute – University of Tennessee. Professora Efetiva da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

⁴ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Especialista em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar - Faculdade Única, Pós-graduada em Planejamento e Tutoria em Educação à Distância (UFMS), Graduada em Filosofia (Licenciatura) Claretiano - Centro Universitário, Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente é professora de Sociologia concursada, na Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (REE/MS).



aderiram ao programa. Para tal, valeu-se de pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, utilizando o descritor “Escolas Cívico-Militares” sendo selecionados os trabalhos relacionados ao tema da implantação, a maioria deles, oriundos de Programas de Pós-Graduação em Educação. O estudo indicou a incipiência de dados relativos ao foco da investigação, com maior expressão de pesquisas sobretudo a partir de 2021, período posterior à pandemia e quando as unidades escolares já estavam com o modelo cívico-militar em funcionamento. O estudo fornece uma visão abrangente sobre a implantação e o funcionamento das escolas cívico-militares em Mato Grosso do Sul e em outros estados, destacando diferentes experiências de implantação, benefícios e críticas associadas a esse modelo educacional. A conclusão é de que a continuidade e o sucesso das escolas Cívico-Militares dependerão de uma implementação cuidadosa e de avaliações contínuas que considerem tanto os aspectos positivos quanto os negativos desse modelo de gestão.

Palavras-chave: Programa Escolas Cívico-Militares; Implantação; Funcionamento;

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the implementation of the Civic-Military Schools Program of Mato Grosso do Sul state and its development in the schools that joined to the program. To this end, it used bibliographical research, literature review, using the descriptor Civic-Military schools, having been selected works related to the theme on the topic with a focus on theses and dissertations. The study indicated the lack of data related to the focus of the investigation, with a greater expression of research especially from 2021, a period after the Pandemic and when school units already had the civic-military model in operation. The work provides a comprehensive view of the implementation and functioning of civic-military schools in Mato Grosso do Sul and other states, highlighting different implementation experiences, benefits and criticisms associated with this educational model. The conclusion is that the continuity and success of Civic-Military schools will depend on careful implementation and continuous evaluations that consider both the positive and negative aspects of this management model.

Key-words: Military Civic Schools Program; Implantation; Operation.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da implantação e funcionamento das escolas cívico-militares no estado de Mato Grosso do Sul, a partir da constituição do Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto Federal nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, pelo então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. A finalidade do Pecim é promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio. Os objetivos propostos são o aumento nos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a diminuição da evasão escolar e da violência no ambiente de ensino.

Para esse propósito, é relevante traçar o contexto histórico das escolas cívico-militares no Brasil. A participação de militares na educação básica, por meio de parcerias com a segurança pública e com as redes públicas de ensino ocorre no Brasil, em diferentes estados, há mais de vinte anos. Esse processo teve início no final da década



de 1990, no estado de Goiás, quando da criação das escolas cívico-militares em parceria com a Polícia Militar do estado e vem se expandindo pelos municípios.

Destaca-se uma escola cívico-militar em funcionamento, desde 1994, em Manaus, da Rede Estadual de Ensino, a “Brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro”, em parceria com a Polícia Militar¹. Atualmente, existem dezenas de escolas consideradas cívico-militares espalhadas no país. Essas instituições se fortalecem em busca do anseio social por um ensino de qualidade, com melhorias nos resultados das avaliações internas, externas e internacionais, considerando os bons resultados dos alunos dos Colégios Militares.

Como não havia, na época, um modelo único para implementação das parcerias com a segurança pública nas escolas, cada estado estabeleceu o arranjo administrativo que melhor se adaptasse às suas necessidades e às suas especificidades, a fim de garantir aos estudantes um ensino de qualidade, fundamentado em valores como patriotismo, civismo, respeito aos símbolos nacionais, noções de hierarquia e de disciplina, valorização da meritocracia, entre outros.

A parceria com a força de segurança demonstra o desenvolvimento de um ambiente escolar mais seguro para alunos, professores, funcionários e toda a comunidade escolar, com foco voltado para o avanço da aprendizagem no que se refere ao aspecto didático-pedagógico, bem como ao crescimento pessoal, às relações interpessoais e ao desenvolvimento de valores de cidadania e civismo.

Feito uma breve contextualização histórica da criação das escolas cívico-militares no Brasil, convém destacar que, em 2 de janeiro de 2019, por meio do Decreto Federal nº 9.665, foi criada a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim), dentro do Ministério da Educação, comandada por militares egressos do Ministério da Defesa, que possuía, entre suas atribuições, propor e desenvolver um modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos Colégios Militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos, fundamental (anos finais) e médio.

¹ Conferir em <https://www.seduc.am.gov.br/escola-estadual-brigadeiro-camarao-comemora-19-anos-de-fundacao/> [online].



Em setembro do mesmo ano, publicava-se o Decreto Presidencial, que instituía o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), desenvolvido pelo Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, a ser implantado em colaboração com os estados, os municípios e o Distrito Federal, na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escola Cívico-Militares (Ecim).

O PROGRAMA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES – PECIM

O PECIM foi desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) com apoio do Ministério da Defesa (MD) e implementado em colaboração com os Estados, Municípios e o Distrito Federal na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares (ECIM). Os Estados que assim desejassem poderiam firmar parcerias com o MD, por meio das Corporações do Exército, Marinha, aeronáutica ou com as forças de segurança auxiliares, como por exemplo o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Militar do Estado.

Conforme disposto no Decreto, seriam consideradas Escolas Cívico-Militares as escolas públicas regulares estaduais, municipais ou distritais, que aderissem ao Pecim e ofertassem o ensino fundamental, anos finais, e ensino médio, nos períodos matutino e/ou vespertino. O PECIM não atenderia ao noturno, considerando a especificidade do público desse período, pois são estudantes adultos e trabalhadores. O PECIM propõe um conjunto de ações direcionadas a um modelo de gestão de excelência nas áreas administrativa, didático-pedagógica e educacional, configurando uma educação de qualidade e práticas pedagógicas nos padrões de ensino dos colégios militares do Comando do Exército, das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros Militar.

O Estado de Mato Grosso do Sul promoveu, por meio do Governo Estadual, a adesão ao Pecim e implantou o programa em duas escolas da Rede Estadual de Ensino, no município de Campo Grande, a partir do ano de 2020. O governo estadual optou pela parceria com a Secretaria de Estado e Segurança Pública (Sejusp), por meio das Corporações de Bombeiros Militar e Polícia Militar para atuarem nas unidades escolares. Mediante o Termo de Adesão ao Pecim, as escolas que aderissem ao programa, durante



a implantação seriam acompanhadas pelas suas respectivas Secretarias de Educação, sendo avaliadas e certificadas ao final do processo pelo Mec.

A implantação do Pecim deveria ser em escolas situadas em regiões de alta vulnerabilidade social a fim de atender estudantes expostos à situações de fragilidades e submetidos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Para esse propósito, as escolas cívico-militares têm os seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e saber;
- III - respeito às diferenças individuais;
- IV - valorização dos profissionais da escola;
- V - gestão democrática;
- VI - valorização da experiência extraescolar;
- VII - busca permanente pela melhoria da qualidade da aprendizagem;
- VIII - educação integral do estudante; e IX - participação ativa da família na escola. (BRASIL – MEC, 2021, p. 10).

Além dos princípios, as ECIM baseiam-se em valores como:

- I - civismo: colocando o bem da comunidade escolar e da sociedade em geral acima dos interesses individuais;
- II -dedicação: empenhar o melhor dos esforços tanto no trabalho como nos estudos;
- III - excelência: buscar o mais alto nível de qualidade em tudo o que fizer;
- IV - honestidade: pautar as relações pela verdade, integridade, moral e correção de atitudes; e
- V - respeito: tratar os outros com deferência e atenção à sua dignidade e aos seus direitos, bem como respeitar as instituições, as autoridades e as normas estabelecidas. (*Ibidem*, p. 10).

PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ECIMs

Embora a proposta pedagógica de ensino das ECIMs esteja vinculada à Secretaria de Estado de Educação de seus respectivos estados, municípios e Distrito Federal, cabe destacar também os fundamentos que compõem a proposta pedagógica do Pecim:

- I – oferecer ao aluno condições de acesso aos conhecimentos historicamente construídos, considerando a realidade de sua vida, proporcionando uma formação integral para o seu desenvolvimento nos aspectos físico, intelectual, afetivo, ético, moral, social e simbólico;
- II – desenvolver nos alunos atitudes crítico-reflexivas, espírito investigativo, criatividade, curiosidade, imaginação e iniciativa, conduzindo-os a aprender a aprender e a buscar soluções para os problemas da vida cotidiana;
- III – valorizar as manifestações artísticas, culturais e esportivas dos alunos, não apenas como expectadores, mas também como participantes e disseminadores delas;



- IV – desenvolver nos alunos as relações interpessoais, sempre baseadas em princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários; e
- V – desenvolver nos alunos atitudes, valores e hábitos saudáveis à vida em sociedade, em um ambiente no qual todos possam:
- a) compreender e respeitar os direitos e os deveres da pessoa humana, do cidadão, da família, dos grupos sociais, das instituições, do estado e da nação brasileira;
 - b) acessar e dominar recursos científicos, tecnológicos e digitais relevantes, de maneira ética e responsável, que lhes permitam situar-se criticamente diante da realidade, assumindo responsabilidades sociais e socioambientais;
 - c) desenvolver a sua autonomia, propondo seu projeto de vida e preparando-se para participar produtivamente da sociedade, no exercício responsável de sua futura atividade profissional; e
 - d) argumentar e se comunicar por meio de diferentes linguagens sobre os seus pontos de vista, respeitando os direitos humanos e as divergências de opiniões. (*Ibidem*, p. 11).

Considerando que a proposta pedagógica das ECIMs está sob a égide das Secretarias de Educação, o planejamento escolar e o currículo de ensino devem ser realizados de acordo com as diretrizes emanadas das respectivas secretarias, pelas legislações federais e estaduais a que estiverem subordinadas. Cabe destacar que as unidades escolares que aderissem ao Pecim deveriam seguir as orientações e instruções que compõem o Manual das Escolas Cívico-Militares, do acordo de cooperação e de outros documentos que viessem a ser expedidos.

Importante ressaltar que as Ecims eram distribuídas por todo país e estavam sujeitas à diversas particularidades, devendo se organizarem para o cumprimento das orientações e diretrizes emanadas pelo Mec, sempre considerando suas especificidades, o público alvo e situações singulares. Desse modo, o planejamento e a execução das atividades escolares deveriam buscar atender aos objetivos comuns de cada Ecim sem desprezar as características de cada sistema de ensino de suas escolas.

ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO

Considerando que a gestão das ECIM é compartilhada com militares, no que diz respeito à implantação do Pecim junto às unidades escolares, a organização da gestão escolar é composta por:

- I - Diretor Escolar;
- II - Diretor-Adjunto



III - Oficial de Gestão Escolar; e

IV - Oficial de Gestão Educacional.

O Diretor Escolar, designado pela Secretaria de Estado de Educação, mantenedora da unidade escolar, é autoridade máxima na escola, devendo todas as decisões pertinentes ao processo de gerenciamento e àqueles que concernem à vida escolar do estudante serem de conhecimento e decisão final do diretor. Ao Oficial de Gestão Escolar compete assessorar o Diretor nos assuntos referentes às áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa. O Oficial de Gestão Educacional é responsável pelos monitores de alunos e pela disciplina dos discentes.

Convém observar que, a Gestão Didático-Pedagógica dos Colégios Militares conta com profissionais específicos para atendimento na área e as Secretarias de Educação possuem outra estrutura de apoio de servidores para as unidades escolares. Sendo assim, a realidade das ECIMs segue outro parâmetro de profissionais, contando com Coordenador Pedagógico (nomeado pelo programa Diretor de Ensino), Coordenadores de Áreas de Ensino e docentes.

Na implantação do Pecim, as duas unidades que aderiram ao programa, a fim de atender aos pré-requisitos para certificação de escola cívico-militar, tinham como apoio a Seção Psicopedagógica, a Seção de Apoio Escolar (Língua Portuguesa e Matemática) a Seção de Avaliação Educacional. Além desses profissionais, a gestão conta também com apoio da Associação de Pais e Mestres, do Colegiado Escolar, do Conselho de Líderes (representantes de turma) e do Grêmio Estudantil.



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

A despeito do que se refere ao Projeto Político Pedagógico, a ECIM deve fazer as alterações e ajustes no documento, com vistas a inclusão das características específicas de uma escola cívico-militar, respeitando as singularidades da sua respectiva Secretaria de Educação, a fim de preservar a essência do modelo, conforme a rede de ensino que estiver vinculada. O **Projeto Político Pedagógico (PPP)** é um instrumento que reflete a proposta educacional da instituição de ensino. Nesse sentido, ele deve conter a proposta curricular da instituição, as diretrizes sobre a formação de professores, para a gestão administrativa e, no caso da ECIM, as especificidades do programa. Esse documento funciona como um mapa para que a unidade escolar alcance seu potencial máximo, adequando-se ao contexto no qual está inserida e contribuindo para o crescimento e desenvolvimento de seus discentes.

Conforme esclarece Celso dos Santos Vasconcelos (2008), o PPP expressa ainda os fundamentos teórico-metodológicos para as escolas, ou seja, aquilo que se entende como sendo seu ideal de estudante, sociedade, prática educativa, recursos diversos (humanos, materiais e simbólicos), entre outros. É um instrumento cujo objetivo é a transformação da realidade escolar. Enquanto processo, implica a expressão das opções da instituição, do conhecimento e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo; e vai além: supõe a colocação em prática daquilo que foi projetado, acompanhado da análise dos resultados.

Na direção dessas premissas, o PPP das ECIMs, proposto pelo Pecim, segue algumas orientações do Programa, para que seja preservada a essência do modelo. O documento se vale de um Marco Desejado, representando a identidade da instituição e serve de direção geral para cada Ecim. Esse marco expressa aquilo que se pretende alcançar como seu ideal de aluno, suas metas e objetivos. O Marco atual identifica, explicita e analisa a situação real da escola, seus problemas, suas necessidades e potencialidades presentes, comparativamente ao conjunto de ideais apresentado no Marco Desejado².

² O Marco Desejado faz parte do Planejamento Estratégico de implantação do modelo PECIM. Trata-se de um balizador, uma direção geral para que cada Ecim, ainda que diferentes entre si, sejam submetidas a objetivos semelhantes além de avaliarem suas expectativas e elaborarem estratégias para atingirem suas metas.



A IMPLANTAÇÃO DO MODELO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Após o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul se manifestar a favor da adesão e implantação de duas unidades escolares do município de Campo Grande, que atendiam aos pré-requisitos do programa, iniciou-se no ano de dois mil e dezenove, quando da publicação do decreto instituindo o Pecim, o ciclo de capacitações e formações oferecidas pela Diretoria das Escolas Cívico-Militares (Decim), sediada em Brasília, em conformidade com o Ministério da Educação.

Nessas capacitações, os diretores, coordenadores pedagógicos e pontos focais, representantes das Secretarias de Educação, foram treinados para iniciarem a implantação do programa nas escolas escolhidas. Além do treinamento, construíram juntos a primeira versão do Manual do Pecim/2020.

A partir do ano de 2020, quando do início das atividades escolares em dois de março, após uma semana de aulas presenciais, a situação pandêmica do Sars-CoV-2 levou ao fechamento de todas as escolas do país e os estudantes entraram em aulas de modo online. Dessa maneira, não seria possível a implantação das atividades de ordem unida e normas de conduta e apresentação pessoal junto aos discentes.

Muitos militares da força de segurança designados para as ECIMs foram deslocados, por suas corporações, para outras funções de apoio às situações de emergência desencadeadas pela pandemia. No entanto, as formações e capacitações junto aos profissionais que atuavam nas ECIMs se estenderam ao longo do ano letivo, bem como o acompanhamento e monitoramento do programa pela Decim (Diretoria das Escolas Cívico-Militares/MEC), considerando as especificidades do momento.

Dadas todas as dificuldades apresentadas durante o momento pandêmico, é notável observar que, durante o primeiro ano de implantação do Pecim, várias capacitações foram desenvolvidas ao longo do ano no que tange às Seções Psicopedagógica, Apoio Escolar e Avaliação Educacional, todas feitas em modo online.



Essas capacitações envolviam também diretores, coordenadores pedagógicos e docentes. Após 1 (um) ano e meio de aulas não presenciais, em agosto de 2021, os estudantes retornaram às aulas de forma presencial, porém, com turmas divididas em dias alternados para que não houvesse aglomeração de alunos e o vírus pudesse voltar a circular, podendo contaminar grande parte dos educandos e profissionais das unidades escolares. Em outubro, todos os discentes retornaram em modo presencial.

No entanto, considerando a volta dos estudantes, houve um trabalho intenso dos militares monitores em desenvolver as ações de ordem unida, disciplina e apresentação pessoal, pois as turmas ainda não haviam sido orientadas a esse respeito, devido às aulas, até então, estarem em modo online. A partir de então, o Programa das Escolas Cívico-Militares inicia, de fato, suas atividades junto aos estudantes.

Essas atividades demandam orientações específicas de uma escola cívico-militar como Ordem Unida, hasteamento e arriamento da Bandeira Nacional diariamente, canto aos hinos cívicos, Formaturas (em comemoração a eventos que marcam a história de um povo), certificações por meritocracia (disciplina e desempenho escolar), entre outros. Aquém a essas ações, cabe destacar também o desenvolvimento do Projeto Valores, que inclui civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito.

Pretende-se, no próximo trabalho, discutir os dados e avanços na aprendizagem dos estudantes, considerando o funcionamento do programa bem como, suas atividades desenvolvidas nas unidades escolares.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia a ser empregada fundamenta-se em uma revisão bibliográfica. Será realizado o mapeamento de produções acadêmicas sobre a temática militarização das escolas públicas, ainda que estes estudos sejam incipientes. Conforme Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica é o mapeamento dos estudos já publicados, sejam eles revistas, livros, imprensa escrita, publicações avulsas. A ideia é que o pesquisador tenha contato com os estudos já produzidos sobre determinado assunto, o que irá ajudá-lo em sua pesquisa (obtenção de informações).



Corroboram com este entendimento, Romanowski e Ens (2006, p. 36) por compreenderem que

“estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada”.

O estudo também contemplará uma análise documental: recorrendo-se aos documentos oficiais (Leis, Decretos, Relatórios, Pareceres) sobre as EECIM's. Sendo assim, pretende-se que a pesquisa auxilie não apenas na compreensão sobre o processo de implantação das EECIM's, mas no desenvolvimento de estratégias para (re)pensar a educação em contexto local e também contribuir com direcionamentos para melhoria do ensino ofertado às crianças e adolescentes da Rede Estadual de Ensino.

Para esta revisão de literatura, utilizaram-se os dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Foram selecionadas Teses e Dissertações publicadas entre os anos de 2019 e 2023, que abordam diretamente ou indiretamente o tema sobre a implantação das escolas Cívico-Militares no Brasil com a utilização do descritor “Escolas Cívico-Militares”. Os critérios de inclusão foram: estudos empíricos e teóricos que discutem a implementação, impactos, desafios e funcionamento das escolas Cívico-Militares no Brasil.

Os trabalhos selecionados constam na tabela abaixo:

Quadro 1: BDTD e CAPES – Estudos organizados por ordem cronológica.				
Instituição / Ano	Tipo de trabalho	Programa	Título	Autor
UNB 2021	Dissertação	Gestão Pública	Estudo comparativo da eficiência dos Colégios Militares e das Escolas de Aplicação: Uma análise de <i>benchmark</i> no contexto de implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.	BARBOSA, Karla Marisa Fernandes.
UFRJ 2021	Dissertação	Educação	Entre déspotas, bufões e mitos existiam batalhões escolares: analisando as concepções de educação das Escolas Cívico-Militares.	MARQUES, Guilherme de Souza.
UNB 2021	Dissertação	Educação	Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal.	MIRANDA, Edna Mara Corrêa.



UNIOESTE 2021	Dissertação	Sociedade, Cultura e Fronteiras	Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil	SILVA, Thayane Ellen Machado da.
UNISUL 2021	Dissertação	Educação	Educar para continências ou para contingências? Práticas e sentidos de cidadania na escola cívico-militar.	BARROS, André Luís de Almeida.
UNISINOS 2021	Dissertação	Educação	Escolas Militarizadas no Maranhão: um Estudo sobre a Parceria entre Corporações Militares e Redes Públicas de Ensino.	SENA, Hélio Cleidilson de Oliveira.
UFF 2021	Dissertação	Educação	Programa Nacional das Escolas Cívico- Militares (PECIM): para onde deve conduzir a educação?	LENGRUBER, Elias Augusto de Aguiar
UFPR 2022	Dissertação	Educação	Pedagogia do Quartel: uma Análise do Processo de Militarização de Escolas Públicas no Estado do Paraná.	SILVA, joselita romualdo da.
UFG 2023	Dissertação	Educação	O Programa Nacional das Escolas Cívico- Militares (2019- 2022): Regulamentação, Implementação e Resistências.	TOMAZINI, amanda marques
UEL 2023	Dissertação	Educação	Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná: implicações para a Gestão Escolar.	PIO, Sirlene
UNIOESTE 2023	Dissertação	Educação	Hegemonia discursiva e campo escolar: a percepção de professores sobre a militarização de escolas públicas no Estado do Paraná.	MINGORI, Rodrigo Luís
UFRN 2023	Dissertação	Educação	A adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares pelo município de Paranamirim/RN no contexto de ascensão do ultraconservadorismo	LEAL, Francisco Melquíades Falcão.
UFU 2023	Tese	Educação	Os Fundamentos e os Limites do Projeto das Escolas Cívico- Militares.	VAZ, alexandro do nascimento.
UFPB 2023	Tese	Educação	Entre Coturnos e Cartilhas: um Estudo Sobre o Programa de Implantação das Escolas Cívico-Militares no Brasil – PECIM.	LEITE, Dorgival Renê Tolentino.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores (2024).

Foram encontrados cerca de 40 (quarenta) trabalhos com o descritor “Escolas cívico-militares” dos quais foram selecionados 14 (quatorze) que mantinham relação direta com o descritor pesquisado e que faziam parte de programas de Pós-Graduação em Educação. A composição dos estudos selecionados contempla 2 (duas) teses e 12 (doze) dissertações.



Outros trabalhos que não estão ligados diretamente ao tema de implantação das Escolas Cívico-Militares também foram considerados, como é o caso das dissertações “Estudo comparativo da eficiência dos Colégios Militares e das Escolas de Aplicação”, da autora Karla Marisa Fernandes Barbosa, “Entre déspotas, bufões e mitos existiam batalhões escolares” do pesquisador Guilherme de Souza Marques, “Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal” de Edna Mara Corrêa Miranda e “Restauração conservadora na educação” da autora “Thayane Ellen Machado da Silva”.

A maioria dos trabalhos encontram-se em Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, sendo que também encontramos alguns resultados na área de Administração, Direito, Gestão Pública, Sociologia e História. Em relação ao conteúdo das pesquisas, estas variam desde questões sobre eficiência do modelo, problematização do modelo de gestão, questões raciais, gestão compartilhada, entre outras; entretanto, conforme mencionado, o presente estudo focou nos trabalhos que abordaram o tema de implantação e funcionamento das ECIM.

Barbosa (2021) em sua pesquisa “Estudo comparativo da eficiência dos Colégios Militares e das Escolas de Aplicação: Uma análise de *benchmark* no contexto de implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares”, comparou a metodologia dos Colégios Militares com as Escolas de Aplicação, com o objetivo de fazer análise de *benchmark* no contexto de implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM).

No estudo utilizou o comparativo entre esses dois modelos, visto que não existiam dados suficientes para traçar um paralelo entre o PECIM e as escolas da rede pública. Em suas considerações finais, a autora propõe um aprofundamento nos estudos, aduzindo que “*promover um modelo de militarização das escolas é ir contra o que defendia Anísio Teixeira*”. Segundo a autora, Teixeira defendia a **valorização da comunidade local e regional** onde a escola se encontra, desse modo, a tornar-se mais democráticas e que defendessem a cidadania, visando a redução da desigualdade social. (**grifo nosso**).



Marques (2021) em seu trabalho “Entre déspotas, bufões e mitos existiam batalhões escolares: analisando as concepções de educação das escolas cívico-militares”, defende que houve uma radicalização das frações burguesas de extrema direita e direita impondo uma agenda de manutenção de sua hegemonia política que avançou nos diversos níveis da sociedade no mundo todo.

Em sua concepção, o autor afirma que dentro dessa agenda, Jair Messias Bolsonaro propôs a criação das Escolas Cívico-Militares, modelo de ensino inspirado nas diversas escolas militares já existentes no país. Afirma tratar-se de “um modelo que busca a adesão ao modo de vida militarizado, com tendências a relações sociais neoliberais conservadoras”.

Como resultado, o autor chegou à conclusão de que restaram identificadas nas Escolas Cívico-Militares correntes conservadores e neoliberais e, na sua visão, tais conceitos flerta com o neofascismo, supondo que o modelo atenderia somente a este propósito.

Miranda (2021), em sua dissertação “Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal”, afirma que o governo do Distrito Federal implementou o Projeto de Escola de Gestão Compartilhada como forma de reduzir a violência escolar e melhorar o índice escolar. Aduz que o Programa das Escolas Cívico-Militares foi criado com o mesmo propósito, considerando ser importante investigar o seu currículo, formato em relação ao tempo e espaço escolar, a retirada e acréscimos de disciplinas, bem como, porque são implementadas em escolas que estudam filhos de trabalhadores.

A autora investigou a organização pedagógica e curricular do Colégio Militar do Exército (CMB), da Polícia Militar do Distrito Federal - Tiradentes e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - D. Pedro II, para comparação com os colégios cívico-militares da rede pública de ensino do Distrito Federal. Como conclusão, relata que

a SEDF não apresentou proposta curricular ao implantar a gestão compartilhada; houve adequações do ambiente físico, adequações nas salas de aula, adequações na apresentação e entrada dos professores; não houve, entretanto, melhora no desempenho dos estudantes, **dentre outros pontos**. (MIRANDA, 2021, p. 173. **Grifo nosso**).



Afirma, ainda, que os princípios existentes nos colégios militares e colégios cívico-militares são convergentes e que ocorre desvio de função dos militares. Por fim, conclui que o modelo divide e enfraquece a gestão democrática da escola e que “a militarização se apresenta como mais uma tentativa de adequação das camadas populares às determinações sociais, políticas, econômicas, culturais, que ora se alinham às políticas neoliberais. (Ibidem, p. 148)”.

Silva (2021) em seu trabalho “Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil”, analisa a criação das escolas cívico-militares, aduzindo que o programa tem como objetivo a melhoria da qualidade de ensino e o aumento da nota de avaliação em larga escala sob forte disciplina. Aduz que o modelo de escola militarizada pode ser considerado uma forma de restauração conservadora na educação. Afirma que, neste aspecto, a criação das escolas cívico-militares tem viés neoconservadores, atendendo aos interesses do capital, na propagação da ideologia conservadora na sociedade, ensinando a obedecer, esvaziada de conteúdo críticos.

Barros (2021) em seu estudo "Educar para continências ou para contingências" aborda a relação entre a educação e as necessidades da sociedade contemporânea. O trabalho discute dois modelos de educação educar para continências onde enfatiza a transmissão de conhecimentos e valores estáveis e permanentes. Baseia-se na ideia de que há verdades e princípios imutáveis que devem ser passados de geração em geração. A educação aqui é vista como uma forma de preparar os indivíduos para seguir normas e padrões estabelecidos.

Já o educar para Contingências: Contrapõe o primeiro modelo, este enfoque valoriza a capacidade de adaptação e a flexibilidade. Considera que o mundo está em constante mudança e, portanto, a educação deve preparar os indivíduos para lidar com incertezas e situações imprevisíveis. Neste contexto, a ênfase está no desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, a criatividade e a resolução de problemas.



O estudo investiga o modelo das escolas cívico-militares no Brasil e sua eficácia na formação de cidadãos. A pesquisa aborda várias questões centrais como o exame da relação entre educação e cidadania, considerando a cidadania institucionalizada pela Constituição Federal de 1988, que exige a preparação do aluno para exercer sua cidadania de maneira consciente e ativa.

Barros avalia se o modelo cívico-militar, promovido pelo governo federal, realmente contribui para a formação dos atributos fundamentais do cidadão. A justificativa comum para este modelo é que ele seria a melhor opção para formar cidadãos disciplinados e responsáveis, mas a pesquisa questiona essa premissa, investigando as práticas pedagógicas específicas dessas escolas.

A pesquisa conclui que o modelo cívico-militar apresenta aspectos que não são plenamente compatíveis com a cidadania conforme definida pela Constituição de 1988. Sugere que, apesar das intenções de disciplinar e formar cidadãos, essas escolas podem não estar desenvolvendo plenamente os atributos necessários para o exercício consciente da cidadania.

Essa análise é relevante no contexto atual, em que a expansão das escolas cívico-militares é uma política educacional controversa, levantando importantes questões sobre o papel da educação na formação de cidadãos em uma democracia.

Na pesquisa “Escolas Militarizadas no Maranhão: um estudo sobre a parceria entre Corporações Militares e Redes Públicas de Ensino”, Sena (2021) contextualiza a situação educacional no Maranhão, destacando desafios como a violência escolar, indisciplina e baixos índices de desempenho acadêmico.

O estudo também aborda a crescente parceria entre corporações militares (Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Militar) e redes públicas de ensino no Maranhão; busca entender os motivos que levam as redes de ensino a adotarem a gestão militarizada e os efeitos dessa parceria nos projetos político-pedagógicos das escolas. As principais motivações para a militarização das escolas incluem a tentativa de resolver problemas de violência e indisciplina em escolas localizadas em áreas vulneráveis. Na investigação Sena justifica a adoção das escolas militarizadas como uma tentativa de enfrentar esses problemas e melhorar a qualidade da educação.



O trabalho detalha o funcionamento das escolas militarizadas, onde a administração é conduzida por oficiais militares, geralmente da polícia militar; analisa as mudanças introduzidas na rotina escolar, incluindo a adoção de práticas disciplinares rígidas, uniformes específicos e maior controle sobre o comportamento dos estudantes.

Também é feita uma avaliação sobre os impactos desse modelo na melhoria do desempenho dos estudantes, na redução da violência e na promoção da disciplina. Sena faz uma comparação de dados entre escolas militarizadas e escolas públicas tradicionais para identificar diferenças significativas nos resultados educacionais e comportamentais.

O estudo inclui entrevistas e questionários com estudantes, pais, professores e gestores escolares para captar suas percepções sobre o modelo militarizado; há relatos de experiências positivas, como maior sensação de segurança e melhorias na disciplina, e críticas, como a rigidez excessiva e possíveis efeitos negativos na autonomia dos estudantes. Foi feita análise documental e entrevistas com secretários de educação e diretores das corporações militares, fornecendo uma visão detalhada dos impactos administrativos e pedagógicos dessas parcerias.

Sobre as críticas ao modelo de escolas militarizadas, estas abordam questões como a militarização da educação, a possível violação de direitos humanos e o impacto psicológico nos estudantes, as controvérsias envolvendo a adequação desse modelo para o ambiente escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes. A pesquisa contribui para o debate sobre a militarização das escolas públicas, oferecendo uma análise abrangente dos benefícios e desafios dessa parceria entre corporações militares e o sistema educacional no Maranhão, onde são destacados os aspectos positivos e negativos da implementação das escolas militarizadas no Maranhão. O estudo recomenda, no campo das políticas educacionais, ajustes no modelo e a necessidade de pesquisas futuras para avaliar a sustentabilidade e a eficácia dessa abordagem a longo prazo.



Sena (2021) destaca que as escolas militarizadas frequentemente apresentam melhores resultados em exames externos, o que contribui para a percepção de eficácia dessas parcerias. O estudo ressalta vários pontos críticos sobre a militarização das escolas no estado: A gestão militarizada nas escolas redefine as funções pedagógicas, impondo uma lógica de disciplina, hierarquia e organização que influencia profundamente o ambiente educacional. Essa abordagem, embora traga uma sensação de resgate de valores tradicionais e resulte em melhoras nos indicadores educacionais, também gera exclusão. Alunos são frequentemente selecionados de forma rígida, e aqueles que não se adequam às normas são transferidos. Além disso, professores precisam se alinhar à filosofia militar da instituição para permanecerem nas escolas.

A dissertação conclui que a motivação principal para a transformação de escolas públicas em militarizadas é a tentativa de resolver problemas de violência e indisciplina em regiões vulneráveis, muitas vezes sem abordar as desigualdades sociais subjacentes e que, apesar de algumas melhorias nos resultados escolares, a militarização pode limitar a inclusão e a adaptação de práticas pedagógicas mais flexíveis e críticas, necessárias para enfrentar as complexas realidades sociais dos alunos.

Lengruber (2021) no estudo “Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM): para onde deve conduzir a educação?” analisa as motivações, implementação e resultados iniciais do programa. A pesquisa discute o impacto do modelo cívico-militar na educação brasileira, destacando a disciplina, a ordem e a gestão centralizada como pontos positivos, mas também levantando questões sobre a autonomia escolar, a formação cidadã crítica e a adequação do modelo para a diversidade educacional do país.

Conclui-se que, embora o Programa tenha demonstrado melhorias em aspectos como disciplina e ordem, há preocupações significativas sobre a centralização da gestão e a falta de autonomia das escolas. Além disso, a pesquisa destaca que o modelo cívico-militar pode não ser adequado para todas as realidades educacionais do Brasil, podendo limitar a formação de uma cidadania crítica e plural. Portanto, é essencial considerar essas questões ao expandir o programa para garantir que ele realmente contribua para a melhoria da educação no país.



A dissertação de Silva (2022), "Pedagogia do Quartel: uma Análise do Processo de Militarização de Escolas Públicas no Estado do Paraná", examina a implementação e os efeitos da militarização em escolas públicas do Paraná.

A investigação discute os impactos dessa militarização na gestão escolar, na disciplina dos alunos e no ambiente educacional. Resultados indicam melhorias na ordem e disciplina, mas também apontam preocupações sobre a restrição da autonomia escolar, a formação crítica dos alunos e possíveis conflitos com a diversidade e a pluralidade das comunidades escolares.

A pesquisa revelou vários resultados importantes entre os quais podemos destacar que houve um aumento significativo na disciplina e na ordem dentro das escolas, com uma redução nos índices de indisciplina e violência; a gestão escolar passou a ser mais centralizada e controlada, com a presença de militares influenciando diretamente as práticas e rotinas escolares.

Como aspectos negativos, Silva chegou à conclusão de que a introdução do modelo militarizado reduziu a autonomia das escolas e dos professores, limitando a capacidade de adaptação curricular e pedagógica às necessidades locais. Também houve preocupações sobre a limitação do desenvolvimento de uma cidadania crítica e a formação de valores democráticos nos estudantes, dado o foco em disciplina e obediência.

A implementação do modelo militarizado apresentou conflitos com a diversidade cultural e social das comunidades escolares, podendo não ser adequado para todas as realidades educacionais. Tais resultados indicam que, embora a militarização possa trazer benefícios em termos de disciplina e ordem, é necessário considerar os impactos negativos sobre a autonomia escolar e a formação integral dos alunos.



A Tese de Vaz (2023), "Os Fundamentos e os Limites do Projeto das Escolas Cívico-Militares", analisa as bases teóricas e práticas do modelo de escolas cívico-militares no Brasil. O estudo discute as motivações políticas e sociais por trás da adoção do modelo, destacando sua ênfase em disciplina, ordem e valores cívicos. Os resultados mostram que, embora o modelo traga benefícios em termos de disciplina e gestão, ele também apresenta limites significativos, como a restrição da autonomia escolar, a potencial redução do desenvolvimento crítico dos estudantes e a inadequação para a diversidade educacional do país.

Em "O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (2019-2022): Regulamentação, Implementação e Resistências", Tomazini (2023) analisa o processo de regulamentação e implementação do programa, bem como as resistências encontradas.

A pesquisa discute os objetivos do Programa, as mudanças administrativas e pedagógicas nas escolas, e as reações de professores, estudantes e comunidades. Os resultados indicam que, embora o programa tenha sido bem-sucedido em certos aspectos administrativos e de disciplina, enfrentou resistência significativa devido à percepção de militarização excessiva, falta de participação comunitária, e preocupações sobre a formação crítica e democrática dos discentes.

A dissertação de Pio (2023), "Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná: Implicações para a Gestão Escolar", investiga os efeitos do modelo cívico-militar na gestão escolar no Paraná. A pesquisa discute mudanças nas práticas de gestão, a influência militar na administração das escolas e o impacto na comunidade escolar. Os resultados indicam que o programa trouxe maior disciplina e organização administrativa, mas também destacou desafios como a redução da autonomia escolar, a tensão entre a gestão militar e a pedagógica, e a necessidade de conciliar o modelo com a diversidade das comunidades escolares.

O estudo de Leite (2023), "Entre Coturnos e Cartilhas: um Estudo Sobre o Programa de Implantação das Escolas Cívico-Militares no Brasil – PECIM", analisa o processo de implementação das escolas cívico-militares no Brasil. A tese discute as justificativas do governo, as mudanças estruturais nas escolas e as percepções dos diferentes atores envolvidos. Os resultados apontam melhorias na disciplina e no



ambiente escolar, mas também levantam questões sobre a autonomia das escolas, a adequação pedagógica do modelo militar e os impactos sobre a formação cidadã e crítica dos discentes.

Mingori (2023) em "Hegemonia Discursiva e Campo Escolar: A Percepção de Professores sobre a Militarização de Escolas Públicas no Estado do Paraná", investiga como os professores percebem a militarização de escolas públicas.

As principais discussões incluem a análise das narrativas que justificam a militarização, como a ênfase em disciplina e ordem, e a comparação dessas narrativas com as práticas educacionais tradicionais. Os resultados revelam uma divisão de opiniões entre os professores: alguns veem a militarização como uma forma de melhorar a disciplina e a segurança, enquanto outros expressam preocupações sobre a perda de autonomia pedagógica, a limitação da formação crítica dos estudantes e a incompatibilidade com os princípios democráticos e educacionais.

Os resultados finais do estudo identificam que há uma clara divisão entre os professores quanto à militarização das escolas. Alguns apoiam a iniciativa devido à melhoria na disciplina e segurança, enquanto outros são críticos por questões pedagógicas e ideológicas. Conforme Minori (2023), os professores que apoiam a militarização apontam que houve uma significativa melhoria na disciplina e no comportamento dos alunos. Já outros professores criticam a militarização pela redução da autonomia pedagógica, com a imposição de práticas e rotinas militares que conflitam com abordagens educacionais mais democráticas e participativas.

Preocupações foram levantadas sobre a limitação do desenvolvimento de uma cidadania crítica, uma vez que o modelo cívico-militar tende a enfatizar a obediência e a hierarquia. A pesquisa também revela tensões entre os valores militarizados e os princípios democráticos que tradicionalmente norteiam a educação pública, levando a debates sobre a adequação do modelo para a diversidade cultural e social das comunidades escolares. Esses resultados mostram a complexidade e a controvérsia em torno da militarização das escolas, destacando tanto os potenciais benefícios quanto os desafios e limitações do modelo.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este artigo revisou a literatura existente sobre o tema, destacando as motivações, os desafios e os impactos da política educacional de implantação das escolas cívico-militares no Brasil. Nesta pesquisa, foram analisados trabalhos que debateram sobre a implantação das Escolas Cívico-Militares, nos quais foram localizadas diversas abordagens, dentre eles, estudos comparativos entre Colégios Militares do Exército Brasileiro com Escolas de Aplicação (BARBOSA, 2021).

Insta salientar, que algumas investigações se concentraram no campo ideológico de uma possível utilização do modelo para o fortalecimento de ideologia de direita, com o objetivo final de inculcar nos alunos ideias neoliberais, segundo os autores, para a implementação do neofascismo (MARQUES, 2021). No entanto, como pode-se verificar nos critérios de implantação, a estrutura curricular é alinhada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Outro ponto de destaque, é a crítica ao modelo, no sentido de que não há a valorização da comunidade local e regional (BARBOSA, 2021), teoria que diverge dos critérios de implantação, no sentido de que o Programa visa a atender prioritariamente os alunos residentes no bairro onde a escola já existe, que estejam em situação de vulnerabilidade social³ e, em boa medida, inseridos em um ambiente onde a violência é latente.

Observou-se que entre os anos de 2019 e 2020, os trabalhos com esta temática eram escassos, ao passo que a partir do ano de 2021, passou-se a escrever mais sobre o tema das escolas cívico-militares e, a partir de 2022, o assunto ganhou maior visibilidade e estudos. Ainda, como os passos de implantação ocorreram entre os anos de 2019 e 2020, ainda não havia dados suficientes para realizar cientificamente uma comparação entre as ECIMs e as escolas tradicionais.

As escolas Cívico-Militares no Brasil, estabelecidas a partir de 2019, representam uma importante mudança no panorama educacional do país. Esse modelo de escola

³ BRASIL. Decreto nº 10.004, de 05 de setembro de 2019. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm> Acesso em 30 de jun. 2024.



busca integrar práticas e valores militares no ambiente escolar, com o objetivo de melhorar a disciplina, a segurança e o desempenho dos estudantes⁴.

O programa de escolas Cívico-Militares foi uma das bandeiras do governo Jair Bolsonaro⁵, iniciado em 2019; inspirado em modelos existentes no Exército Brasileiro, o programa visava, entre outras coisas, a promover a disciplina nas escolas públicas, reduzir a violência escolar, melhorar o ambiente educacional e, conseqüentemente, os resultados dos discentes.

A implementação das escolas Cívico-Militares envolve a parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa. As escolas selecionadas para o programa passam por um processo de adaptação que inclui a presença de militares da reserva nas funções de monitoramento e disciplina, enquanto os professores continuam a ser civis. A estrutura curricular mantém-se majoritariamente a mesma, porém com um reforço em valores cívicos e patrióticos. (BRASIL, 2019).

Apesar dos aspectos positivos, a implementação das escolas Cívico-Militares também enfrenta desafios e críticas. Algumas das principais críticas envolvem a adequação do modelo militar ao ambiente escolar e a potencial violação de princípios democráticos. O futuro das escolas Cívico-Militares no Brasil depende de diversos fatores, incluindo a continuidade das políticas governamentais e a receptividade das comunidades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, realizado por meio de uma revisão de literatura, ofereceu um panorama abrangente sobre a implantação do modelo cívico-militar na Rede Estadual de Ensino, especificamente em Mato Grosso do Sul, abordando desde sua implementação até os impactos e desafios enfrentados. A continuidade das pesquisas e

⁴ Ibidem.

⁵ Cf. BOLSONARO, Jair Messias. **O Caminho da Prosperidade: proposta de Plano de Governo**. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em 10 jun. 24.



das avaliações é crucial para garantir que esse modelo contribua positivamente para a educação brasileira.

A literatura sobre as escolas Cívico-Militares no Brasil, a partir de 2019, revela um cenário complexo, com benefícios e desafios distintos. Enquanto o modelo parece contribuir para melhorias na disciplina e no desempenho acadêmico, ele também suscita preocupações sobre a adequação da disciplina militar ao ambiente educacional e o impacto psicológico nos alunos.

Os estudos selecionados fornecem uma visão abrangente sobre a implantação e o funcionamento das escolas cívico-militares, destacando tanto os benefícios quanto as críticas associadas a esse modelo educacional, sendo assim, a continuidade e o sucesso das escolas Cívico-Militares, dependerão de uma implementação cuidadosa e de avaliações contínuas que considerem tanto os aspectos positivos quanto os negativos deste modelo de gestão educacional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Karla Marisa Fernandes. **Estudo comparativo da eficiência dos Colégios Militares e das Escolas de Aplicação: Uma análise de *benchmark* no contexto de implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Dissertação - Brasília, 2021. 102 p.

BARROS, André Luís de Almeida. **Educar para continências ou para contingências? Práticas e sentidos de cidadania na escola cívico-militar**. Dissertação – UNISUL, 2021. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 12 mai. 2024.

BERNARDES, Rudnei Siqueira; et al. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cívico-Militar Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Professor Tito)**. Disponível em: <<http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP>>. Acesso em 09 jun. 2024.

BOLSONARO, J. M. **O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>>. Acesso em 10 jun. de 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Decreto nº 9.465, de 02 de janeiro de 2019**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=67741>>. Acesso em 10 de jun. 2024.



RevPMMS, Vol. 1, nº 2, /ago/2024

Camila Torres, Carlos Hudmax
Evangelista Ortiz, Eliana Aparecida
Prado Verneque Soares e
Ferdinanda Dias de Oliveira Kloppel

_____. **Decreto nº 10.004, de 05 de setembro de 2019.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm>. Acesso em 10 de jun. 2024.

_____. **Diretrizes das Escolas Cívico-Militares.** 2 ed. Brasília – DF, 2021.

_____. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares/ PECIM. **Manual das Escolas Cívico-militares.** Brasília - DF, 2020.

LEAL, Francisco Melquíades Falcão. **A adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares pelo município de Paranaimirim/RN no contexto de ascensão do ultraconservadorismo.** Dissertação – UFRN, 2023. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 29 mai. 2024.

LEITE, Dorgival Renê Tolentino. **Entre Coturnos e Cartilhas: um Estudo Sobre o Programa de Implantação das Escolas Cívico-Militares no Brasil – PECIM.** Tese – UFPB, 2023. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 27 mai. 2024.

LENGRUBER, Elias Augusto de Aguiar. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM): para onde deve conduzir a educação?** Dissertação – UFF, 2021. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 12 mai. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARQUES, Guilherme de Souza e. **Entre déspotas, bufões e mitos existiam batalhões escolares: analisando as concepções de educação das escolas cívico-militares.** / Guilherme de Souza Marques. -- Rio de Janeiro, 2021. 171f.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Decreto nº 15.385, de 05 de março de 2020.** Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10108_06_03_2020>. Acesso em: 20 de jun. 2024.

MINGORI, Rodrigo Luís. **Hegemonia discursiva e campo escolar: a percepção de professores sobre a militarização de escolas públicas no Estado do Paraná.** Dissertação – UNIOESTE, 2023. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 27 mai. 2024.

MIRANDA, Edna Mara Corrêa. **Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal.** Edna Mara Corrêa Miranda; orientador Francisco Thiago Silva. Brasília, 2021. 176p.

PIO, Sirlene. **Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná: implicações para a Gestão Escolar.** Dissertação – UEL, 2023. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 27 mai. 2024.



ROMANOWSKY, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** Curitiba, Diálogo educacional, v.6, n. 19, p. 37-50, set.-dez. 2006.

ROSA, Fabiana Teixeira da. Pesquisas educacionais em Colégios Militares do Brasil: estado da arte. In: **VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania.** Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/2682>>. Acesso em 15 jun. 2024.

SANFELICE, José Luiz. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento *et al.* **Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica.** Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

SANTOS, Graziella Souza dos. **O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2015348, p. 1-19, 2020. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 26 jun. 2024.

SANTOS JÚNIOR, Ademir Medeiros dos; *et al.* **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cívico-Militar Marçal de Souza Tupã-Y.** Disponível em: <<http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP>>. Acesso em 23 mai. 2024.

SENA, Hélio Cleidilson de Oliveira. **Escolas Militarizadas no Maranhão: um Estudo sobre a Parceria entre Corporações Militares e Redes Públicas de Ensino.** Dissertação – UNISINOS, 2021. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 15 mai. 2024.

SILVA, Joselita Romualdo da. **Pedagogia do Quartel: uma Análise do Processo de Militarização de Escolas Públicas no Estado do Paraná.** Dissertação – UFPR, 2022. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 20 mai. 2024.

SILVA, Thayane Ellen Machado da. **Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil / Thayane Ellen Machado da Silva; orientadora Silvana Aparecida de Souza.** -- Foz do Iguaçu, 2021. 136 p.

TOMAZINI, Amanda Marques. **O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (2019- 2022): Regulamentação, Implementação e Resistências.** Dissertação – UFG, 2023. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 23 mai. 2024.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2008.



RevPMMS, Vol. 1, nº 2, /ago/2024

Camila Torres, Carlos Hudmax
Evangelista Ortiz, Eliana Aparecida
Prado Verneque Soares e
Ferdinanda Dias de Oliveira Kloppel

VAZ, Alexandro do Nascimento. **Os fundamentos e os Limites do Projeto das Escolas Cívico- Militares.** Dissertação – UFU, 2023. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 23 mai. 2024.